



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE
DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE ESPÉCIES
COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO
SEPN 505, Ed. Marie Prendi Cruz, 5º andar, Sala 503
CEP 70.730-540, Brasília-DF. conabio@mma.gov.br**

Deliberação CONABIO nº 63, de 03 de outubro de 2017

Institui a Câmara Técnica Permanente da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), Relatórios Nacionais para a CDB, Panoramas da Biodiversidade Global (GBO) e avaliações da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade

Considerando os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998;

Considerando o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, que institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade - PNB;

Considerando o Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO, e dá outras providências;

Considerando a Resolução CONABIO nº 06, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, resolve:

Art. 1º Instituir a Câmara Técnica Permanente da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), Relatórios Nacionais para a CDB, Panoramas da Biodiversidade Global (GBO) e avaliações da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), para:

I- Apoiar a CONABIO no processo de implementação e monitoramento da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) e suas respectivas

atualizações; na preparação dos relatórios nacionais para a CDB e da contribuição brasileira para os Panoramas da Biodiversidade Global.

II- Apoiar a coordenação dos processos de avaliações realizadas pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos e promover o engajamento de diferentes atores na Plataforma.

Art 2º A Câmara Técnica Permanente da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), Relatórios Nacionais para a CDB, Panoramas da Biodiversidade Global (GBO) e avaliações da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) terá sete integrantes, sendo:

I – um representante e seu respectivo suplente do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela coordenação da Câmara Técnica;

II - três representantes e seus respectivos suplentes dos órgãos governamentais; e

III - três representantes e seus respectivos suplentes de entidades e organizações da sociedade civil.

§ 1º. As instituições integrantes da Câmara Técnica deverão ser selecionadas dentre os integrantes membros da CONABIO que, a cada dois anos, realizarão a escolha dos órgãos/entidades que a irão compor.

§ 2º. A indicação dos titulares e suplentes da Câmara Técnica será feita pela instituição selecionada.

Art 3º A Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente poderá convidar especialistas para subsidiarem os trabalhos da Câmara Técnica Permanente da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), Relatórios Nacionais para a CDB, Panoramas da Biodiversidade Global (GBO) e avaliações da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).

Art 4º A Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente prestará apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento da Câmara Técnica.

§ 1º. Eventuais despesas com diárias e passagens correrão à conta dos órgãos e entidades representadas.

§ 2º. As reuniões serão presenciais, com possibilidade de participação virtual.

Art 5º A participação na Câmara Técnica é considerada como de relevante interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art 6º Os trabalhos da Câmara Técnica serão orientados por Plano de Ação aprovado pela Plenária da CONABIO, anualmente.

Art 7º A Câmara Técnica apresentará relatórios anuais de seus trabalhos à CONABIO e elaborará notas técnicas ou apresentações para subsidiar o entendimento dos membros, assim como votações da Comissão, sempre que necessário.

Art. 8º Fica revogada a Deliberação CONABIO nº 40, de 07 de fevereiro de 2006.

Art. 9º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

UGO EICHLER VERCILLO

Diretor do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies
Presidente substituto da CONABIO